



1º PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS DE 2019

DIREITO

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL

Você está recebendo as **PROVAS OBJETIVA E SUBJETIVA**, compostas por **vinte** questões objetivas e **uma** questão dissertativa..

1. Caso este caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite imediatamente ao fiscal mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores.
2. A duração da prova é de **TRÊS HORAS**, já incluído o tempo destinado ao preenchimento da folha de respostas.
3. Cada questão contém os itens de “a” até “e” para resposta e o candidato deverá marcar o que entender tratar-se da resposta correta. Há apenas uma resposta correta para cada questão objetiva.
4. O candidato só poderá sair das dependências do local de aplicação das provas após decorrido **1 (uma) hora do seu início**.
5. Use caneta esferográfica azul ou preta, fabricada em material transparente. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, borracha ou de canetas em desconformidade com as especificações acima.
6. Não será permitida consulta a qualquer material, bem como o uso de celulares e outros aparelhos eletrônicos, os quais serão acondicionados nos sacos plásticos fornecidos pelos fiscais de mesa, lacrados e colocados em local apropriado.
7. A constatação de consulta ou uso de qualquer equipamento eletrônico durante a aplicação da prova implicará a anulação das provas do candidato e sua eliminação do certame.
8. O gabarito oficial preliminar será divulgado pelo site da PR/DF (<http://www.mpf.mp.br/df/estagie-conosco>) no dia 01/07/2019, após as 18h00.
9. O prazo para interposição de recurso é de 02 (dois) dias úteis, após a respectiva divulgação de gabarito e dos resultados no sítio da PR/DF na internet (www.prdf.mpf.gov.br), devendo ser protocolado no Edifício Sede da Procuradoria da República no Distrito Federal, situado na Avenida L2-Sul Q. 603/604, Lote-23, no Setor de Gestão Documental- SGD, das 11h às 17h.

Brasília, 28 de junho de 2019.

1. Sobre os princípios que devem ser seguidos pela Administração Pública, na instrução e no julgamento dos processos administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) A Administração não precisa fazer juízo de proporcionalidade ou de razoabilidade, em suas decisões, uma vez que, na esfera administrativa, deve preponderar sempre o princípio da legalidade, sob pena de violação de direitos do cidadão.
- b) A Administração deve assegurar a ampla defesa e o contraditório nos processos administrativos disciplinares, exceto se já houver confissão do servidor sobre a irregularidade a ele imputada.
- c) A Administração está dispensada de indicar os pressupostos de fato e de direito que determinam suas decisões, pois o princípio da motivação só é exigível nas decisões judiciais, conforme a Constituição.
- d) Como corolário do princípio da segurança jurídica, é vedado à Administração aplicar retroativamente nova interpretação sobre norma administrativa.
- e) O princípio da simplicidade das formas, no processo administrativo admite, em regra, a prática de atos orais, sempre que for mais adequado ao interesse público.

2. Quanto à Lei de Improbidade Administrativa, aponte a alternativa incorreta:

- a) A Lei 8429/92 aponta três hipóteses de improbidade administrativa: os atos que importam em enriquecimento ilícito, os que geram prejuízo ao erário e os que apenas atentam contra os princípios da administração pública.
- b) Constitui ato de improbidade administrativa, importando em enriquecimento ilícito, receber, para si ou para outrem, dinheiro, bem móvel ou imóvel, ou qualquer outra vantagem econômica, direta ou indireta, a título de comissão, percentagem, gratificação ou presente de quem tenha interesse, direto ou indireto, que possa ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público;
- c) As sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa são de caráter penal, equiparadas, portanto, às penas privativas de liberdade e restritivas de direitos, previstas no Código Penal.

d) O Ministério Público é um dos legitimados a ajuizar a ação de improbidade administrativa em face dos agentes públicos faltosos.

e) Aos agentes públicos condenados por ato de improbidade administrativa são aplicáveis as sanções de perda da função pública, suspensão dos direitos políticos, pagamento de multa civil, proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, além da obrigação de ressarcimento integral do dano, se houver.

3. Sobre a organização da Administração Pública, assinale a alternativa correta:

- a) São entidades da Administração Pública Indireta as autarquias, as empresas públicas, as fundações públicas e as sociedades de economia mista.
- b) Integram a Administração Pública Direta da União a Casa Civil, os Ministérios, o Ministério Público da União, a Defensoria Pública da União, entre outros entes.
- c) Autarquias são entidades dotadas de personalidade jurídica própria, de direito público, criadas por lei específica, para desempenhar funções próprias do Estado, a exemplo do DNIT, do INCRA, do IBAMA, entre outras.
- d) Empresas públicas são pessoas jurídicas de direito privado cuja criação é autorizada por lei específica, com patrimônio totalmente público ou misto, para a prestação de serviço público ou para a execução de atividade econômica de natureza privada, nos termos da Constituição, a exemplo da PETROBRÁS, da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, do BNDES e dos CORREIOS.
- e) Todas as alternativas anteriores.

4. É causa de exclusão da culpabilidade:

- a) Coação física.
- b) Estrito cumprimento do dever legal.
- c) O erro de proibição inevitável.
- d) A coação moral resistível.
- e) Nenhuma das opções anteriores.

5. Nos crimes contra o patrimônio, exige-se a ocorrência de grave ameaça ou violência a alguém para caracterizar o crime de:

- a) Homicídio
- b) Dano
- c) Estelionato
- d) Furto qualificado
- e) Extorsão

6. O funcionário que exige tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido, ou, quando devido, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza, pratica o crime de:

- a) Excesso de exação
- b) Exercício arbitrário das próprias razões
- c) Corrupção passiva
- d) Corrupção ativa
- e) Usurpação de função pública

7. Assinale a alternativa correta em relação aos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição da República:

- a) Exceto nas situações expressamente previstas na Constituição, ninguém será submetido a tortura.
- b) A associação com caráter paramilitar é vedada, excetuadas as situações de conflito em zona rural.
- c) À presidiária devem ser asseguradas condições para que possa permanecer com seus filhos durante o período de amamentação.
- d) É assegurada a imunidade do Estado em relação a indenizações por erro judiciário.
- e) A lei penal não retroagirá, salvo nos casos de cometimento de crime hediondo.

8. Assinale a alternativa incorreta:

- a) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios manter relações de dependência ou aliança com cultos religiosos ou igrejas, ressalvada, na forma de lei, a colaboração de interesse público.
- b) É livre a atividade dos partidos políticos, sendo permitido o recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros, desde que prestadas contas à Justiça Eleitoral.
- c) É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos previstos na Constituição, entre eles a condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos.
- d) É direito constitucional dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, a proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei.
- e) É assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.

9. Assinale a alternativa incorreta:

a) A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado e no Distrito Federal.

b) É da competência *exclusiva* do Congresso Nacional autorizar o Presidente da República a declarar guerra, a celebrar a paz, a permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente, ressalvados os casos previstos em lei complementar.

c) O Ministro de Estado pode ser convocado pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, assim como por qualquer de suas Comissões, para prestar pessoalmente informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificção adequada.

d) Compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha do Procurador-Geral da República.

e) Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos, não podendo perder seu mandato ainda que por ato que venha a ser declarado incompatível com o decoro parlamentar.

10. O processo legislativo nas Casas do Congresso Nacional não compreende a elaboração de:

- a) Decretos legislativos
- b) Leis ordinárias
- c) Instruções normativas
- d) Leis complementares
- e) Emendas à Constituição

11. Assinale a alternativa correta:

a) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, sendo vedado seu acesso a estrangeiros.

b) Não são direitos do servidor público a livre associação sindical e a greve.

c) É assegurado ao magistrado e ao membro do Ministério Público o livre exercício da atividade político-partidária.

d) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República.

e) O controle externo da atividade policial pode excepcionalmente ser exercido pelo Ministério Público.

12. Assinale a alternativa incorreta:

- a) São fungíveis os móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.
- b) São benfeitorias voluptuárias as que aumentam ou facilitam o uso do bem.
- c) Constitui universalidade de direito o complexo de relações jurídicas, de uma pessoa, dotadas de valor econômico.
- d) São móveis os bens suscetíveis de movimento próprio, ou de remoção por força alheia, sem alteração da substância ou da destinação econômico-social.
- e) Bens divisíveis são os que se podem fracionar sem alteração na sua substância, diminuição considerável de valor, ou prejuízo do uso a que se destinam.

13. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Nas declarações de vontade se atenderá mais ao sentido literal da linguagem do que à intenção nelas consubstanciada.
- b) A validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir.
- c) São anuláveis os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio.
- d) O falso motivo só vicia a declaração de vontade quando expresso como razão determinante.
- e) É anulável o negócio jurídico quando alguém, premido da necessidade de salvar-se de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.

14. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Há solidariedade, quando na mesma obrigação concorre mais de um credor, ou mais de um devedor, cada um com direito, ou obrigado, à dívida toda.
- b) Se duas pessoas forem ao mesmo tempo credor e devedor uma da outra, as duas obrigações extinguem-se, até onde se compensarem.
- c) O credor pode consentir em receber prestação diversa da que lhe é devida.
- d) O valor da cominação imposta na cláusula penal não está limitado pelo valor da obrigação principal.

e) Considera-se pagamento na modalidade em consignação, e extingue a obrigação, o depósito judicial ou em estabelecimento bancário da coisa devida, nos casos e forma legais.

15. Assinale a alternativa incorreta:

- a) A lei processual penal aplicar-se-á desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior.
- b) O inquérito policial não é peça indispensável para instruir a denúncia ofertada pelo Ministério Público, podendo ser instruída com outras peças informativas.
- c) A lei processual penal admitirá interpretação extensiva e aplicação analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais de direito.
- d) Nos crimes de ação privada, a autoridade policial somente poderá proceder a inquérito a requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la.
- e) Nos crimes de ação pública o inquérito policial será iniciado mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público, sendo vedada sua instauração por requerimento exclusivo do ofendido.

16. Assinale a alternativa incorreta:

- a) O Ministério Público não poderá desistir da ação penal.
- b) A renúncia ao exercício do direito de queixa, em relação a um dos autores do crime, a todos se estenderá.
- c) Em qualquer fase do processo, o juiz, se reconhecer extinta a punibilidade, deverá declará-lo de ofício.
- d) A ação privada somente pode ser exercida por pessoa física, não podendo ser exercida por fundações, associações ou sociedades.
- e) Se o órgão do Ministério Público, ao invés de apresentar a denúncia, requerer o arquivamento do inquérito policial ou de quaisquer peças de informação, o juiz, no caso de considerar improcedentes as razões invocadas, fará remessa do inquérito ou peças de informação ao procurador-geral, e este oferecerá a denúncia, designará outro órgão do Ministério Público para oferecê-la, ou insistirá no pedido de arquivamento, ao qual só então estará o juiz obrigado a atender.

17. Não compete aos juízes federais processar e julgar:

- a) As causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional.

- b) Os crimes contra a organização do trabalho.
- c) A disputa sobre direitos indígenas.
- d) Os crimes militares.
- e) Os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves.

18. O Ministério Público será intimado para, no prazo de 30 (trinta) dias, intervir como fiscal da ordem jurídica nos processos que envolvam:

- a) Questões tributárias.
- b) A Fazenda Pública como parte.
- c) Litígios individuais pela posse da terra.
- d) Interesse público ou social.
- e) Divisão e demarcação de terras particulares.

19. Segundo disposto no Código de Processo Civil, a produção antecipada da prova é admitida:

- a) Nos casos em que a prova a ser produzida inviabilize a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito.
- b) Sempre que o autor ou réu desejarem.
- c) Haja fundado receio de que venha a tornar-se impossível ou muito difícil a verificação de certos fatos na pendência da ação.
- d) Em todas as causas da Justiça Federal.
- e) Independentemente de justificação de sua necessidade.

20. Sobre a tutela provisória, conforme disposto no Código de Processo Civil:

- a) Exige-se a presença de perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo para sua concessão.
- b) Requerida em caráter incidental depende do pagamento de custas.
- c) Não conservará a eficácia durante o período de suspensão do processo.
- d) A tutela de urgência somente pode ser concedida após justificação prévia.
- e) A tutela da evidência poderá ser concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando ficar caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte.

PROVA SUBJETIVA

Conceitue:

- a) Crime consumado;
- b) Crime tentado;
- c) Arrependimento posterior;
- d) Desistência voluntária;
- e) Arrependimento eficaz.

[PROVA SUBJETIVA - RASCUNHO]

1

5

10

15

20